

Situação linguística do povo indígena Tapuia do Carretão (GO) sob a perspectiva da Ecolinguística

The linguistic situation of the indigenous people Tapuia of Carretão (GO): an Ecolinguistic perspective

*Maria de Lurdes Nazário**

**Universidade Estadual de Goiás*

Resumo: Discute-se aqui a situação linguística do povo indígena Tapuia do Carretão-GO, considerando fundamentos da Ecolinguística que ajudam a compreender o seu Ecosistema Fundamental da Língua (COUTO, 2007). Esta pesquisa tem um caráter qualitativo, baseando-se em informações sobre os aldeamentos goianos (CHAIM, 1997), estudos antropológicos sobre os Tapuia (LAZARIN, 1985; MOURA, 2008) e estudos de campo desenvolvidos por professores Tapuia sobre a história de formação de seu povo e sua identidade etnolinguística (RODRIGUES, 2011; SILVA, 2012; LIMA, 2012). Os Tapuia são descendentes indígenas dos aldeados em Pedro III (fundado em 1788) que não falam a língua de seus antepassados e não possuem um fenótipo dessa raça, e por isso têm sua origem étnica questionada. Essa situação que não é prototípica de comunidades indígenas demonstra a complexidade de qualquer ecossistema, sendo preciso situá-lo no contexto sócio-histórico para compreender sua configuração como uma outra comunidade de fala, os Tapuia, que surge em função das transformações nos ecossistemas originais de cada povo aldeado.

Palavras-chave: Povo Tapuia. Ecosistema Fundamental da Língua. Comunidade de Fala.

Abstract: This article discusses the linguistic situation of the indigenous people Tapuia of Carretão (GO) using concepts of Ecolinguistics such as the Fundamental Ecosystem of Language (COUTO, 2007). The research is a qualitative evaluation of some communities of Goiás (CHAIM, 1997), according to some anthropological studies about the Tapuias (LAZARIN, 1985; MOURA, 2008) as well as information gathered from Tapuia teachers on the historical formation of their people and its ethno-linguistic identity (RODRIGUES, 2011; SILVA, 2012; LIMA, 2012). The Tapuias are descendants of Amerindians of Pedro III (founded in 1788) that do not speak the language of their ancestry nor its phenotype. For this reason, their indigenous identity is not unanimous. Despite the fact of being an atypical situation, the ecolinguistic concept of speech community helps us to understand it.

Keywords: Tapuia people. Fundamental Ecosystem of Language. Speech Community.

Introdução

Objetiva-se neste trabalho discutir a situação linguística do povo indígena Tapuia do Carretão, considerando fundamentos da ecolinguística que ajudam a compreender o seu ecossistema fundamental da língua (COUTO, 2007). Os Tapuia são indígenas que não falam a língua de seus antepassados (Xavante, Kayapó, Karajá/Javaé) (RODRIGUES, 2014), diferentemente dos Karajá e dos Avá-Canoeiro em Goiás, sendo, por isso, questionados sobre sua indianidade.

Este ensaio está dividido em três partes. Primeiro, é apresentada a ecolinguística, salientando-se alguns conceitos importantes para a discussão. Posteriormente, faz-se uma exposição da história do aldeamento Pedro III e da comunidade tapuia. Por último, faz-se uma análise do ecossistema linguístico dessa comunidade indígena, a partir de alguns preceitos da ecolinguística.

1 A ecolinguística e o conceito de ecossistema fundamental da língua

A ecolinguística é uma área de estudo dentro da linguística que se desenvolveu a partir da década de 1970 e cujo objetivo é “o estudo das relações entre língua e meio ambiente” natural, social e mental (COUTO, 2007, p. 39). A perspectiva é de que se deve compreender a ecologia da língua, analisando essas relações, mas fazendo isso com base em uma visão holística do mundo e de suas comunidades linguísticas. Ou seja, o interesse está primeiramente nas relações entre as partes de um todo, e não simplesmente no que se constitui e como se estrutura cada parte.

O conceito da ecolinguística mais importante para o presente estudo é o de ecossistema fundamental da língua (EFL), que se refere a uma rede de inter-relações e de interdependência entre um determinado povo (P), sua ou suas línguas (L) e seu território (T), partindo do entendimento de que “para que haja uma língua (L) é preciso que exista uma população (P) que a tenha formado e que a use, sendo que esse P só pode existir se houver um território (T)” (COUTO, 2005, p. 194). Desse modo, como explica Couto (2005), deve-se entender por EFL a própria comunidade (ou ecossistema linguístico). Assim, povo, língua e território são os três pilares que configuram o protótipo do ecossistema linguístico comumente compreendido por todos.

Tendo como base a condição prototípica do EFL, os estudos nessa área esclarecem que toda língua natural tem que se enquadrar no ecossistema, pois será uma língua atípica se lhe faltar um dos elementos P, L e T. Por outro lado, deve-se entender que todo ecossistema linguístico varia de tamanho, é integrado e autofuncionante, fazendo parte de ecossistemas maiores. Por exemplo, as fronteiras das comunidades linguísticas em si não são claramente definidas, uma vez que é comum os agrupamentos humanos se sobreponem (COUTO, 2005).

A ideia de um povo, um território e uma língua para constituir uma comunidade em si não é nenhuma novidade nas ciências humanas, mas conceber esse pensamento dentro de uma visão holística, valorizando a relação entre língua e meio ambiente, faz parte dos estudos ecolinguísticos. Isso porque o mais importante em todo ecossistema são as relações que suas partes mantêm entre si, partindo do princípio de que o L de uma comunidade é o que é também em função da relação que seu P estabelece com os ambientes físico, social e mental.

Essa relação é possível em função do princípio universal da interação, pois, a partir do momento em que pessoas se juntam em um espaço, esse espaço desencadeia a interação (COUTO, 2007). É desse princípio que surge a possibilidade de comunicação, podendo um sistema linguístico ser forjado a partir dos atos de fala entre essas pessoas. É em função disso que na ecolinguística se diz que o T próprio de um P possibilita a constituição de uma comunidade de fala.

No ecossistema básico de qualquer língua, então, deve-se compreender que “um agrupamento de pessoas só se caracteriza socialmente como P se essas pessoas se encontram em um mesmo espaço ou território (T) e se têm um conjunto de regras de convivência socialmente aceitas.” (COUTO, 2007, p. 90), sendo essas regras de convivência, a linguagem (e a língua, em específico)¹. Esse é um fato fundador de um ecossistema, de uma comunidade, caracterizando-o como tal, daí se pode chamá-lo também de ecossistema fundacional da língua, já que se refere “ao momento inicial de formação (fundação) da língua e da comunidade que a engloba”, ao “processo histórico de seu surgimento” (COUTO, 2007, p. 92).

Nesse contexto, para toda comunidade de fala, o território é muito importante, pois possibilita a interação entre os membros, podendo evoluir para uma comunidade linguística. É a interação, como um princípio universal, que irá permitir que um meio de interação (COUTO, 2007) seja estabelecido por imposição ou escolha ou seja forjado.

¹ Segundo Couto, “... o L da EFL não equivale apenas a língua como os ‘quadros institucionais’ de Tonneau dão a entender, esse L está para o conjunto de todas as linguagens da humanidade” (2007, p. 97-98). Nesse caso, o L não se refere somente ao sistema linguístico, tem também um sentido mais amplo, por isso mesmo ele é ambíguo.

2 O Aldeamento D. Pedro III e a origem dos Tapuia

O povo Tapuia da Área Indígena Carretão é descendente de povos indígenas aldeados no aldeamento Pedro III, fundado em 1788. Há relatos de mais de 2.000 índios da etnia Xavante sendo levados inicialmente para o Carretão, mas outras etnias estiveram também ali (Kayapó, Karajá/Javaé), como ainda negros escravos fugidos de fazendas da região, famílias de colonos brancos e funcionários do governo (CHAIM, 1974; MOURA, 2008).

Em 1819, o viajante Pohl (1976) registrou somente 227 índios no aldeamento, explicando que muitos voltaram para sua vida nômade, apesar de já batizados. O autor faz a descrição de uma comunidade indígena já bastante familiarizada com as práticas sociais dos brancos, pois falavam praticamente só a língua portuguesa, rezavam, se vestiam, trabalhavam nas roças e criavam gado, entre outras práticas. Em 1824, Cunha Mattos (1979) registrou ainda 199 pessoas morando no Carretão, fazendo alusão a 3.500 Xavante e Javaé que estiveram ali subjugados. Em 1888, Frei Gil de Vilanova encontrou no Carretão somente “um homem e duas mulheres de raça índia mais ou menos pura” e “alguns caboclos ou descendentes de mulheres índias casadas com negros” (GALLAIS, 1942, p. 74-75 *apud* MOURA, 2006, p. 39). Em Relatório Provincial de 1894, há registro de “poucos descendentes dos xavante, ... confundidos com o resto da população” (LAZARIN, 1985, p. 149).

Em depoimento à antropóloga Rita Heloísa de Almeida Lazarin na década de 1980, Simeão Borges, líder tapuia, traçou a genealogia do grupo, lembrando-se de seus antepassados como sua mãe Maria Raimunda (Xavante-Javaé), Maria do Rosário (Kayapó) e seu avô José Aguiar (Xavante) (LAZARIN *apud* MOURA, 2002, p. 32). Foi a partir de relatos assim e registros em documentos, que se chegou às duas índias, Maria Raimunda e Maria do Rosário, as quais se casaram com dois negros das fazendas da região de Pilar de Goiás, na segunda metade do século XIX, surgindo daí o Tapuia, uma miscigenação de diferentes etnias indígenas e diferentes raças (LAZARIN, 1985; JOSÉ NETO, 2005; LIMA, 2012).

3 A luta pela terra dos Tapuia²

A Área Indígena Carretão situa-se nos municípios de Rubiataba e Nova América, a cerca de 270 km de Goiânia, capital de Goiás, constituindo-se de 1.743 hectares de terra. Essa comunidade se manteve unida por suas tradições e laços familiares no território de Pedro III até 1920, quando começaram as invasões de suas terras. Em função da invasão da área da antiga sede do aldeamento por um fazendeiro, em 1929, alguns Tapuia procuram a Inspetoria do Índio do Serviço de Proteção aos Índios, na Cidade de Goiás (ALMEIDA, 2003), dando início a uma história de luta e resistência da comunidade em defesa de suas terras.

Depois de muitos conflitos, outras invasões e fragmentação desse povo dentro da terra e para cidades vizinhas, em 1942, Simeão Borges, filho da índia Maria Raimunda, denunciou pessoalmente a invasão do território indígena ao governador do estado, Ludovico Teixeira. No entanto, somente em 1948, depois de muitos conflitos, o então governador de Goiás, Jerônimo Coimbra Bueno, delimitou duas parcelas de terra para algumas famílias tapuia através da Lei 188, mas a sede do antigo aldeamento e os três cemitérios indígenas ficaram fora da delimitação. Os critérios usados para doação foram os mesmos para doar a qualquer posseiro, com a alegação de que quem a requeria não era índio (LAZARIN, 1985; MOURA, 2008).

Com os anos a invasão e/ou exploração das terras continuou por parte de fazendeiros e famílias de posseiros, uma vez que, apesar da demarcação com a Lei 188, o SPI não a protegeu como área demarcada. Na década de 1960, muitas famílias da antiga Colônia Agrícola Nacional de Goiás se instalaram no território, alugando verbalmente lotes de terra dos Tapuia, os quais em muitos casos eram pagos com alimentos. Mais tarde aluguéis foram formalizados sem que os Tapuia soubessem exatamente o que estava sendo contratado. Com isso, muitos chegaram a perder seu lote de terra por não conseguirem no final do aluguel pagar as benfeitorias feitas pelos locatários, mudando do território ou ficando ali e trabalhando para aqueles que haviam invadido suas terras. Na década de 1970, o descendente tapuia já não tinha mais espaço para suas plantações no território de seus antepassados (MOURA, 2008).

O primeiro contato da comunidade com a Funai ocorreu em 1979, com nova denúncia sobre as invasões da terra feita por D. Olímpia, índia javaé. E, então, em 1980, a

² Tapuio/tapuia era uma designação dos não tapuia aos indivíduos que moravam no território do antigo Aldeamento Carretão. De acordo com José Neto, “a convivência prolongada com essa nomeação incutiu e cristalizou nos que são chamados tapuios a aceitação dessa identidade genérica” (2005, p. 43).

antropóloga Rita Heloísa de Almeida Lazarin iniciou o processo de investigação sobre a identidade étnica dos Tapuia. Em junho do mesmo ano saiu o *Relatório sobre os índios do Carretão* (1980), documento decisivo no reconhecimento da descendência indígena da comunidade e de seu vínculo com o Aldeamento Pedro III. Entretanto, só em 15 de janeiro de 1990, por meio de decreto presidencial, foi homologada a nova demarcação do território, tendo a maior parte das terras ficado fora dessa demarcação, inclusive, novamente, a área da sede do aldeamento Pedro III. A partir daí se iniciou um processo de retirada das famílias que se instalaram ali. No entanto, somente em 1999, com um mandato de reintegração de posse e com a ajuda da Polícia Federal, essas famílias foram retiradas da terra (CERQUEIRA, 2011).

4 O ecossistema linguístico dos Tapuia

Considerando que a comunidade de fala surge a partir da interação entre pessoas de culturas diferentes que vivem em um mesmo território, entendemos que os Tapuia são uma comunidade de fala, que tem seu ponto de origem histórico no momento de fundação do Aldeamento Carretão (MOURA, 2008), onde se reuniram índios de diferentes etnias. O Aldeamento foi a partir de 1788 o território de pessoas de diferentes etnias, com necessidade de se comunicar para sobreviver em um ambiente hostil e aprisionador, o que aos poucos levou à configuração de uma nova comunidade de fala no interior de Goiás.

Cada um dos povos representados no Carretão fazia parte de um ecossistema diferente, composto por um P e um T diferentes, e se comunicava através de uma língua (nativa) diferente. A partir do momento que esses povos foram impedidos de continuarem seu modo de vida, livres, sendo inicialmente deslocados de seu território, vasto, para um território menor e fixo, seu ecossistema começou a ser modificado.

A miscigenação também promoveu uma transformação na genealogia desses povos indígenas goianos, uma vez que se misturaram a outras etnias e outras raças (negros e brancos) (MOURA, 2008). No próprio *Diretório dos Índios*, publicado em 1757, havia o direcionamento para os diretores dos aldeamentos incentivarem casamentos entre brancos e índios.

No percurso histórico de transformação do ecossistema dos povos que deram origem ao povo Tapuia, tem-se ainda o silenciamento ideológico de suas línguas nativas. Em função de medidas civilizatórias da Coroa para todo o Brasil, muitos tiveram que aprender a língua portuguesa em idade adulta, a fim de serem civilizados na cultura do branco, na religião do branco, sendo proibidos de usar a própria língua, de vivenciar seus costumes, de viver em seu território.

Sobre o aprendizado do português, entende-se que, já a partir dos primeiros contatos, índios da etnia Xavante como Tristão da Cunha, já o iniciaram, conforme Rodrigues (2011). Na bandeira em que Tristão foi capturado antes da fundação de Pedro III, havia intérpretes, como os Kayapó civilizados, os quais tinham conhecimento da língua portuguesa e das línguas indígenas para travar contato com os Xavante. Tristão, depois de capturado, viveu em Vila Boa por algum tempo quando provavelmente adquiriu conhecimento dessa língua no contato com os brancos e com esses índios aculturados, tendo acompanhado outras bandeiras em busca de acerto de paz entre os brancos e os seus parentes. Ele, juntamente com um cacique Kayapó aculturado, ajudou a fazer contato com um grupo de Xavante. Nessa ocasião, recebeu autorização do maioral do grupo para levar 38 índios para Vila Boa, como forma de fé que cumpriria sua promessa de paz (ALENCASTRE, 1979).

Há ainda o fato de que, depois de outra bandeira que conseguiu convencer mais de 2.000 índios da etnia Xavante a irem até o Carretão, estes e os demais que estavam em Vila Boa caminharam escoltados pelas forças do governo por 6 meses até chegarem ao aldeamento, sendo um tempo importante para iniciar o aprendizado de português por parte desses nativos. A partir disso entende-se que esse aprendizado já havia se iniciado antes de janeiro de 1788, quando adentraram em Pedro III (RODRIGUES, 2012).

A política indigenista nesse período em busca do monolinguismo em português impôs o aprendizado e o uso dessa língua nos aldeamentos e outras medidas civilizatórias (culturais e religiosas). Para atingir a civilização e a catequização, objetivos de tal política indigenista, era obrigação dos diretores de cada aldeamento estabelecer “o uso da Língua Portuguesa”, não permitindo que os alunos das escolas e todos os índios “capazes de instrução nesta matéria, [usassem] da língua própria das suas nações, ou da chamada geral...” (Diretório dos Índios, 1757, 6º §).

Em Relatório Provincial de 1842, há a sugestão de nomeação de novo diretor para continuar o serviço de catequese e civilização dos índios que ainda estavam no Aldeamento, informação que pressupõe a execução anterior dessa política no Carretão, muito provavelmente encerrada com a transferência de seu pároco em 1835, conforme Relatório Provincial deste ano. Essa sugestão de nomeação do diretor se deu ainda em meio a uma discussão sobre a importância do Carretão como aldeia oficial no Relatório de 1842, considerando que as despesas com catequese na aldeia eram baixas e que os índios aldeados tinham parentesco com os Xavante que ainda aterrorizavam povoados e fazendas na Província em meados do século XIX (LAZARIN, 1985).

No contexto das políticas indigenistas dos séculos XVIII e XIX, o aprendizado do português pelos índios civilizados (e descendentes) foi, então, uma estratégia importante de civilização, base da política linguística praticada por Marquês de Pombal, em defesa dos

interesses político-econômicos da coroa portuguesa. A base dessa política de civilização de povos subalternos foi a matriz colonial de poder, que previa/prevê a superioridade do conhecimento europeu, fazendo com que conhecimentos outros fossem/sejam “excluídos, omitidos, silenciados e ignorados” (CASTRO-GÓMEZ & GROSGOUEL, 2007, p. 20). Enfim, o silenciamento das línguas nativas foi o resultado dessa política que impôs aos indígenas uma outra realidade linguístico-cultural, favorecendo o monolinguismo em português para muitos índios e seus descendentes no Brasil.

Considerando que todo e qualquer EFL é volátil e autofuncionante, essa nova comunidade se constituiu então aos poucos, modificando os traços de origem de cada etnia em função de questões sociais, políticas e econômicas, engendradas pela sociedade “civilizada” branca no Brasil. Essa transformação do EFL dos povos que foram levados para o Carretão foi o ponto inicial para formação de um outro EFL, estruturado a partir dos demais ali representados parcialmente. Para compreender melhor tal situação, considere-se o ecossistema prototípico de um povo indígena, como constituído de:

P – povo indígena

L – língua indígena e demais códigos instituídos

T – território indígena original

No entanto, em função do que foi exposto sobre a história do Aldeamento Pedro III e dos Tapuia, hoje estes se veem constituindo um ecossistema diferente desse modelo. Então o EFL do povo Tapuia é:

P – grupo indígena específico (miscigenação étnica)

L – língua portuguesa e demais códigos instituídos

T – território indígena alterado (fixo)

Nesse contexto, o L do EFL, como afirma Couto (2007, p. 98), “inclui tudo que orienta o comportamento no seio da coletividade, tudo o que confere eficácia aos atos de interação comunicativa entre seus membros”, situação possível pela convivência de um povo em um mesmo território, situação vivenciada pelos aldeados em Pedro III, independente de falarem línguas diferentes, e por seus descendentes tapuia. Esse L no Carretão foi se constituindo mediante a interação de índios, negros e brancos convivendo

em um mesmo espaço, não se esquecendo da imposição da língua do colonizador, e isso possibilitou a fundação de uma nova comunidade de fala.

Pensando na constituição dessa comunidade de fala tapuia, todos os componentes dos ecossistemas originais que se encontraram no Carretão foram adaptados à realidade social que foi se construindo. Desse modo, os descendentes dos primeiros índios levados para Pedro III foram se reelaborando com as possibilidades sociais, culturais, linguísticas e territoriais que o colonizador lhes impôs. E, no campo linguístico, isso significou aprender, inicialmente por imposição, e, depois, por necessidade, a língua portuguesa, efetivando, provavelmente, para a maioria, uma situação inicial de bilinguismo, e, depois, uma situação de monolinguismo em português para as próximas gerações (BRAGGIO, 1992).

Com isso, no início do século XX, a sociedade regional e as próprias autoridades já não mais reconheciam nenhum índio no Carretão, sendo os indivíduos que moravam no território chamado de tapuio/tapuia, menos de índio, já que não falavam uma língua indígena do tronco Macro-Jê e não possuíam o fenótipo esperado. Esse foi o argumento principal para fazendeiros e posseiros terem tentado ficar com todas as terras do Aldeamento, alegando que seriam devolutas. Assim, no processo de reconhecimento da comunidade junto à Funai, os Tapuia tiveram que reconstruir uma indianidade própria (Tapuia), acionando a memória do passado e suas tradições, sendo o reconhecimento possível não mais pelo uso de uma língua indígena tradicional de seus antepassados, mas pela relação histórica e social desse povo com o território, possibilitando o reconhecimento de uma comunidade indígena diferenciada. A recordação do passado e o alicerçamento de sua origem na fundação do Aldeamento Carretão foram muito importantes no reconhecimento. Ficou claro para a Funai que eles mantinham vínculo histórico com seus antepassados do Carretão, tendo estes se mantido no território, já que as duas índias Xavante e Kayapó permaneceram na terra, garantindo a propriedade do território e perpetuando a memória do grupo. Seus descendentes também permaneceram no local, como Simeão Borges, filho de Maria Raimunda (Xavante/Javaé) e Maria Alcântara, filha de Maria do Rosário (Kayapó) (RODRIGUES, 2011; LIMA, 2012) e seus familiares. Diante do exposto, fica evidente a compreensão ecolinguística de que a visão ecológica de mundo encara seu objeto de pesquisa não apenas em determinado momento, mas em desenvolvimento histórico.

Nesse processo, duas questões foram muito importantes para a comunidade indígena Tapuia: a descendência e o território. A conquista do território foi requisito fundamental para o fortalecimento da comunidade e sua continuidade, já que de 1930 a 1980 esse povo se dispersou muito em função das invasões de suas terras, um período em que sofreram muitas ameaças e violências (física, psicológica). E a retomada do território foi possível pelo alicerçamento de sua origem na fundação do Aldeamento Carretão e pela retomada da genealogia das famílias tapuia (MOURA, 2008). A própria Funai reconheceu

os Tapuia como um grupo indígena específico pela identificação de um território tradicional, conforme registros em documentos dos séculos XVIII e XIX; pela reconstrução de sua origem histórica; por terem assumido uma nova identidade atribuída pela sociedade regional – Tapuia; pela reorganização sociocultural do grupo, alicerçada em novas fronteiras geográficas (a área antiga onde ficava a sede do Aldeamento ficou em posse de um fazendeiro. Ali ficava a capela e cemitérios dos Tapuia; a maior parte das terras ficou perdida para fazendeiros; o território atual está dividido em duas porções de terra – gleba I e gleba II) (MOURA, 2008).

Sobre o fato de serem ou não uma comunidade linguística, tema em discussão após defesas de monografias de professores tapuia (RODRIGUES, 2011; SILVA, 2012; LIMA, 2012) na aldeia, no contexto de formação superior destes na licenciatura indígena Educação Intercultural da UFG, poder-se-ia falar em uma comunidade linguística tapuia, se se considera, com base em um pensamento ecolinguístico, que o L do EFL não se refere somente ao sistema linguístico (língua portuguesa, que seria uma parte do L), mas a todos “os elementos que formam o conjunto de linguagens ou códigos da comunidade” (COUTO, 2007, p. 98). Não se pode deixar de pensar que houve uma relação e interação entre esses elementos (de origem indígena, negra e portuguesa) que configuraram a realidade linguística do Carretão durante o processo histórico de sua existência desde a fundação de Pedro III.

Pensando nesses elementos, pode-se citar pesquisa recente sobre o léxico utilizado pelos Tapuia. Silva (2012) verificou que a maioria dos itens por ela catalogados em pesquisa de campo na comunidade com os anciões são palavras de origem xavante, respaldando a origem léxico-cultural de base xavante na língua usada ali. Considerando que o léxico é o lugar da língua em que se podem visualizar a cultura e a relação que um povo mantém com o ambiente (físico, social e mental), esse quantitativo de palavras xavante encontrado representa na sincronia da língua falada por esse povo elementos da cultura indígena que prevalecem e que resistiram ao silenciamento imposto (ORLANDI, 1997) pela política linguística do governo colonial. Essas palavras demonstram a interculturalidade linguística em função do encontro de diferentes cosmovisões no Carretão, de maneira que o *português tapuia* (RODRIGUES, 2012) traz em si as diferentes culturas linguísticas que estão na base da formação étnico-cultural do Povo Tapuia, em especial, a cultura da etnia Xavante – principal e maior grupo indígena aldeado em Pedro III.

No entanto, apesar desta argumentação, alguém poderia ser levado a pensar que ainda não há resultados de estudo suficientes no nível lexical, além de outros níveis de análise. Partindo da distinção ecolinguística entre comunidade de língua (CL) e comunidade de fala (CF), nota-se que, efetivamente, não se pode falar de uma CL Tapuia no Carretão. No entanto, não resta a menor dúvida de que se trata de uma CF. Como está

bem estabelecido na ecolinguística, sempre que houver um grupo de pessoas convivendo e interagindo em determinado lugar de modo continuado, tem-se uma CF. No Carretão, tem-se um povo indígena (P) em um território (T) que ocupa historicamente. Esse grupo fala o português com muitas marcas étnicas. Levando-se em conta os demais componentes das interações comunicativas locais, o L também apresenta especificidades. Conclusão: ecolinguisticamente, há uma legítima ‘comunidade de fala tapuia’, uma ‘comunidade linguística tapuia’, para satisfazer os de fora.

Considerações finais

Compreende-se, por fim, que os Tapuia não fazem uso de uma língua indígena do tronco Macro-Jê e lhes falta um fenótipo integral da raça indígena em função dos mecanismos muito bem engendrados pelos colonizadores nos Aldeamentos para descaracterizar os índios no Brasil, começando pela mescla étnica dos povos aldeados, como também pela imposição de uso da língua portuguesa nesses lugares, proibindo o uso da língua indígena, levando-os ao quase desaparecimento. Aliás, na atualidade, um “povo” se define mais pela própria autoidentificação do que pelo sangue.

Evidentemente compreende-se que, se algo no ecossistema muda, este precisa encontrar um equilíbrio, adaptando-se. O aprendizado da língua portuguesa foi uma adaptação que levou à transformação da identidade linguística original de cada povo aldeado em Pedro III, assim também ocorreu com o T e o P. Nesse contexto, o território do Carretão representou a sede da comunidade que ali se formou, o território (T) de um novo povo (P), o Tapuia, como também a sede das memórias guardadas pelos seus antepassados que foram recordadas no processo político de emergência do Povo Indígena Tapuia já no século XX.

Assim, apesar das críticas e questionamentos sobre a sua indianidade, os Tapuia se fortaleceram em função de sua história vivida no seu território, buscando nela elementos para sedimentar sua indianidade, sentida pela comunidade, sua descendência indígena histórica, demonstrada no relatório da antropóloga Rita Heloísa de Almeida Lazzarin, funcionária da Funai na década de 1980.

Os questionamentos que são feitos a esse povo pelos não índios e por muitos índios de Goiás e Tocantins não têm um fundamento social, histórico e antropológico, pois não se pode caracterizar um povo somente pela língua que usa e/ou pelos caracteres corporais, mas pelos elementos que no decorrer de sua história os fizeram se constituir como são, no caso, a identificação de um território tradicional, a genealogia das famílias, como também o sentimento de descendência indígena do povo, que é comum ao Tapuia.

Nesse contexto, deve-se lembrar que o EFL é autofuncionante e dinâmico, que se modifica conforme as mudanças sociais, de modo que o argumento de os Tapuia não terem uma estrutura prototípica de uma comunidade indígena não se sustenta.

Referências

ALENCASTRE, J. M. P. de. *Anais da Província de Goiás – 1863*. Brasília: Gráfica Ipiranga, 1979.

BRAGGIO, S. L. B. Situação sociolinguística dos povos indígenas do Estado de Goiás e Tocantins: subsídios educacionais. *Revista do Museu Antropológico*, Goiânia, v. 1, n. 1, p. 1-61, jan./dez., 1992.

CERQUEIRA, A. B. F. A memória coletiva tapuia na retomada do território: os limites da terra indigna e suas implicações. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, p. 1-17, julho, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308168731_ARQUIVO_AMEMORIACOLETIVATAPUIANARETOMADADOTERRITORIO.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2013.

CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFOGUEL, R. Giro Decolonial, teoria crítica y pensamiento heterárquico. CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFOGUEL, R. *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

CHAIM, M. M. *Os aldeamentos indígenas na capitania de Goiás: sua importância na política de povoamento (1749-1811)*. Goiânia: Oriente, 1974.

COUTO, H. H. *Ecolinguística – estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007.

_____. Sobre o conceito de comunidade surda. *Revista Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 193-219, jul./dez. 2005.

CUNHA MATTOS, R. J. da. *Chorographia História da Província de Goyaz*. Goiânia: SUDECO Goiás, 1979.

Diretório dos Índios, 1757. Disponível em: <http://www.nacaomestica.org/diretorio_dos_indios.htm>. Acesso em: 21 nov. 2013.

JOSÉ NETO, J. *Jovens Tapuios do Carretão – processos educativos de reconstrução da identidade indígena*. Goiânia: UCG, 2005.

LAZARIN, R. H. de A. *O Aldeamento do Carretão: duas histórias*. 233 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UNB, Brasília, 1985.

LIMA, M. A. *A Relação entre o Monolinguismo em Português e as Atitudes Linguísticas do Carretão*. Monografia (Graduação em Educação Intercultural), Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

MOURA, M. C. *Os tapuios do Carretão*. Goiânia: IGPA, UCG, 2002. Mimeografado.

_____. Aldeamento Carretão: “marco zero” da história das relações interétnicas dos tapuios. *Dimensões*, Vitória, v. 18, p. 28-48, 2006.

_____. Etnogénesis de un grupo indígena del Brasil Central. *Memória Americana*, v. 16, n. 1, p. 41-62, 2008.

ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio*. No movimento dos sentidos. Campinas: UNICAMP, 1997.

POHL, J. E. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1976.

RODRIGUES, E. R. M. Processo sócio-histórico de formação do português Tapuia. Monografia (Graduação em Educação Intercultural), Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

_____. Processo sócio-histórico de formação do Português Tapuia. In: REZENDE, T. F.; NAZARENO, E.; FREITAS, M. T. de U. *Sustentabilidade ambiental e linguístico-cultural na comunidade Tapuia do Carretão-Goiás*. Goiânia: UFG, 2014.

SILVA, Adriana. *Constituição Lexical do Português Tapuia*. Monografia (Graduação em Educação Intercultural), Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

MARIA DE LURDES NAZÁRIO

Professora efetiva da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Doutoranda em Letras e Linguística da FL da UFG. E-mail: mlnazario@yahoo.com.br